

Portugal mais sustentável em 2022? ZERO avalia rankings e conclui que é preciso uma estratégia

5 de Janeiro, 2022

A ZERO analisou dois relatórios divulgados nas duas últimas semanas e que efetuaram uma seriação dos países no que respeita à sua sustentabilidade: um relatório da autoria da Sustainable Development Solutions Network e do Institute for European Environmental Policy relativo aos países europeus (<https://eu-dashboards.sdgindex.org/>) e o cálculo e seriação a nível mundial do índice de desenvolvimento sustentável (<https://www.sustainabledevelopmentindex.org/>).

No primeiro caso, o relatório europeu sobre desenvolvimento sustentável para 2021 efetua uma análise de estado e progresso de cada país em relação a cada um dos 17 objetivos para o desenvolvimento sustentável assumidos pelas Nações Unidas em 2015 no quadro da Agenda para 2030. Já o Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) mede a eficiência ecológica do desenvolvimento humano, reconhecendo que o desenvolvimento deve ser alcançado dentro dos limites do planeta. Foi criado para atualizar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) para as realidades ecológicas do Antropoceno. O IDS começa com a pontuação de desenvolvimento humano de cada país (expectativa de vida, educação e poder de compra) e o peso do uso de recursos e impacte nas alterações climáticas: a extensão em que as emissões de dióxido de carbono e o consumo em termos de pegada material excedem as quantidades justas dos limites planetários. Os países que alcançam um desenvolvimento humano relativamente alto enquanto permanecem dentro ou perto das fronteiras planetárias atingem lugares mais elevados no índice.

E Portugal? Em que situação se encontra nestas seriações?

No relatório europeu sobre desenvolvimento sustentável, o primeiro, segundo e terceiro lugares foram atribuídos à Finlândia (com 80,8 pontos em 100 possíveis), Suécia e Dinamarca, respetivamente. Portugal obtém uma pontuação de 69,1, ficando em vigésimo lugar num total de 34 países avaliados, duas posições acima de 2020. Em relação a sete objetivos, o relatório considera que temos desafios significativos pela frente, destacando a ZERO as áreas da fome zero, cidades e comunidades sustentáveis e o consumo e produção responsáveis. Porém, o mais preocupante são as áreas relacionadas com o ambiente, onde nas alterações climáticas, vida aquática e vida terrestre, não apenas temos grandes desafios pela frente como estamos estagnados em termos de resposta.

No caso do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), divulgado esta semana, onde os últimos dados são referentes a 2019, Portugal desce três posições num total de 166 países avaliados, passando da 68ª posição para a 71ª posição (com 0,634 pontos num máximo de um). O índice é liderado pela Costa Rica com 0,850 pontos. Portugal é particularmente penalizado pela sua

posição no que respeita à pegada material por pessoa, representando os recursos naturais utilizados, bem como pelas emissões de dióxido de carbono que contribuem para as alterações climáticas.

Portugal tem um conjunto de ferramentas legislativas e políticas em vigor, ou em preparação, para enfrentar a maioria dos desafios dos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável mas ainda não tem uma estratégia clara sobre como planeia atingi-los. Se ao nível europeu, há uma liderança mundial no que respeita à promoção de um desenvolvimento sustentável, a implementação e ambição do Pacto Ecológico Europeu vai ser decisiva ao nível europeu e no nosso país. Refira-se igualmente que muitas das dimensões cruciais como as alterações climáticas, o consumo de energia e a educação estão cobertas no âmbito do Pacto, mas há componentes sociais que não estão abrangidas e que são necessárias assegurar. Sem uma estratégia, que não precisa de ser um documento extenso e complexo, mas sim uma coordenação de objetivos e metas, Portugal continua a não ter uma abordagem integrada e abrangente para implementar os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável e comunicá-los à sociedade. As prioridades devem ser a promoção de um consumo responsável e com menor desperdício, a qualidade de vida e bem-estar nas cidades, e ainda as áreas do clima, preservação e recuperação dos ecossistemas.